

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Celmar Rech eleito presidente do TCE-G

Saulo Mesquita e Helder Valin foram eleitos vice-presidente e corregedor-geral



O conselheiro Celmar Rech será o 27º ocupante da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a partir de janeiro do ano que vem. A mesa diretora do TCE-GO para o biênio 2019-2020 foi eleita, ontem, por unanimidade, durante a 28ª sessão ordinária do Tribunal Pleno. Além de Celmar Rech, vão compor a mesa os conselheiros Saulo Mesquita, vice-presidente e, Helder Valin, corregedor-geral.

A sessão foi aberta pelo presidente Kennedy Trindade, destacando o caráter democrático, autônomo e harmônico da eleição. O conselheiro também ressaltou a alternância na gestão. “Uma prova incontestável da maturidade institucional. Uma oportunidade para que novos valores possam contribuir para o aprimoramento desta corte”, discursou.

Após o conselheiro Sebastião Tejeta, decano do TCE-GO, apresentar a chapa, coube ao procurador-geral do Ministério Público de Contas Fernando Carneiro apurar os votos. Após a apuração, Kennedy Trindade saudou a nova mesa diretora, ressaltando a trajetória dos eleitos. Tejeta retomou a palavra para elogiar a atual gestão, sendo endossado pela conselheira Carla Santillo, que destacou o diálogo e avanços na capacitação e comunicação.

Na sequência, o vice-presidente eleito Saulo Mesquita frisou que o TCE-GO deu mais um passo ao futuro, mas também destacou a contribuição das gestões passadas. O conselheiro Edson Ferrari realçou que os presidente e vice eleitos são oriundos de concursos públicos. Helder Valin agradeceu a eleição para corregedor-geral e prometeu empenho para uma atuação profícua no cargo.

Ao final, o conselheiro Celmar Rech agradeceu a confiança da corte e destacou o acolhimento que teve desde o primeiro dia como conselheiro substituto há 10 anos, prometendo retribuir à instituição e ao povo goiano, absorvendo a experiência das antigas gestões.

PRESIDENTE

Celmar Rech tomou posse como conselheiro do TCE-GO em 2011, na vaga destinada aos conselheiros substitutos, cargo que ocupou, por concurso público, de 2008 a 2011. Ele foi corregedor-geral na gestão 2015-2016 e vice-presidente em 2017-2018. Gaúcho de São Marcos (RS), é graduado em Economia e Direito, pós-graduado em Direito Público e mestre em Economia do Setor Público.

VICE-PRESIDENTE

Saulo Mesquita foi empossado em agosto de 2013 na vaga destinada ao Ministério Público de Contas. Sua posse como procurador de contas foi no início de 2010, depois de aprovação em concurso público. Mesquita é bacharel em Direito e atuou como juiz no Estado do Tocantins.

CORREGEDOR-GERAL

Helder Valin, tomou posse como conselheiro em 2014, em uma das vagas destinadas à Assembleia Legislativa do Estado. Foi vereador de Goiânia em duas legislaturas, e eleito deputado estadual para quatro mandatos, tendo presidido a Alego em dois mandatos (2009/2010 e 2013/2014).

Uma prova incontestável da maturidade institucional. Uma oportunidade para que novos valores possam contribuir para o aprimoramento desta corte

Kennedy Trindade



Nova mesa

Celmar Rech é eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

26/09/2018 18h06 Por Nathan Sampaio Edição 2254

Conselheiro será o 27º ocupante da Presidência para o biênio 2019-2020. Vão compor a mesa os conselheiros Saulo Mesquita, vice-presidente e Helder Valin, corregedor-geral



Saulo Mesquita, Celmar Rech e Helder Valin | Foto: divulgação

A eleição da mesa diretora do Tribunal do Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para o biênio 2019-2020 foi realizada na tarde desta quarta-feira (26/9) e, por unanimidade, o conselheiro Celmar Rech foi escolhido como o 27º ocupante da Presidência do órgão a partir de janeiro do ano que vem. Além de Rech, vão compor a mesa os conselheiros Saulo Mesquita, vice-presidente e Helder Valin, corregedor-geral.

A sessão, aberta pelo presidente Kennedy Trindade, teve como destaque o caráter democrático, autônomo e harmônico da eleição. O conselheiro ressaltou a alternância na gestão. “Uma prova incontestável da maturidade institucional. Uma oportunidade para que novos valores possam contribuir para o aprimoramento desta corte”, discursou.

Após o conselheiro Sebastião Tejota, decano do TCE-GO, apresentar a chapa, coube ao procurador-geral do Ministério Público de Contas Fernando Carneiro apurar os votos. Após a apuração, Kennedy Trindade saudou a nova mesa diretora, ressaltando a trajetória dos eleitos. Tejota retomou a palavra para elogiar a atual gestão, sendo endossado pela conselheira Carla Santillo, que destacou o diálogo e avanços na capacitação e comunicação.

Na sequência, o vice-presidente eleito Saulo Mesquita frisou que o TCE-GO deu mais um passo ao futuro, mas também destacou a contribuição das gestões passadas. O conselheiro Edson Ferrari realçou que os presidente e vice eleitos são oriundos de concursos públicos. Helder Valin agradeceu a eleição para corregedor-geral e prometeu empenho para uma atuação profícua no cargo.

Ao final, o conselheiro Celmar Rech agradeceu a confiança da corte e destacou o acolhimento que teve desde o primeiro dia como conselheiro substituto há 10 anos, prometendo retribuir à instituição e ao povo goiano, absorvendo a experiência das antigas gestões.

OPÇÃO 26/09



SEM OS

Promotora recomenda que Estado reassuma gestão do Hugo e Hutrin

Postado em 26 de setembro de 2018 às 17:28

A promotora de Justiça Fabiana Lemes Zamalloa do Prado recomendou ao secretário estadual de Saúde, Leonardo Vilela, a rescisão do contrato de gestão do Estado com a organização social Gerir, que faz a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin). Ela pediu ainda que o Estado reassuma imediatamente os serviços das duas unidades de saúde, com a adoção das medidas necessárias a evitar a interrupção dos serviços.

Conforme aponta a promotora, a Gerir descumpriu as obrigações legais e contratuais dos Contratos de Gestão nº 64/2012 e nº 1/2014, previstas na Lei nº 15.503/2005 (conhecida como Lei das OSs). Segundo aponta, ao longo da execução contratual, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) realizou diversas inspeções nos dois hospitais para verificar o adequado cumprimento das cláusulas contratuais, bem como a adequação da gestão dos recursos públicos pela organização social.

Ocorre que, nas diversas inspeções realizadas, várias irregularidades foram detectadas em razão do descumprimento de cláusulas do contrato de gestão, assim como disposições da Lei nº 15.503, indicando a má gestão dos recursos públicos por parte da OS, bem como irregularidades nos procedimentos de fiscalização e gestão por parte da Secretaria de Estado da Saúde, com indicativo de dano ao erário. Na recomendação é acrescentado que várias diligências foram realizadas pela Promotora de Justiça, as quais complementaram ou confirmaram as constatações da CGE.

A recomendação foi entregue em mãos, ao secretário Leonardo Vilela, nesta quarta-feira. Fabiana Zamalloa observou, no documento, que no prazo de 10 dias deverão ser encaminhadas informações referentes às eventuais providências adotadas, sob pena da tomada de medidas legais cabíveis.

Dificuldade na fiscalização

De acordo com a promotora, a Gerir adotou um modo de gestão que praticamente inviabilizou, ao longo dos anos, a fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, da execução dos Contratos de Gestão nº 64/2012 e nº 1/2014, por meio da celebração de contratos com objeto aberto, impreciso, sem definição de quantitativos de serviços a serem prestados, sem valores unitários de serviços. Para Zamalloa, esta situação ocasionou o pagamento de serviços sem a adequada e necessária medição, conforme se extrai das notas fiscais relativas à prestação de serviços, fato apontado diversas vezes pela CGE nas várias inspeções realizadas, conforme Relatório Conclusivo de Inspeção (RCI) nº 1/2016 (Hugo), RCI nº 4/2017 (Hutrin), RCI nº 8/2017 (Hugo) e RCI nº 6/2018.

“Apesar da constante advertência feita pela CGE quanto à necessidade de maior fiscalização da SES sobre os contratos celebrados e mesmo diante das deficiências apontadas, a secretaria não adotou providências efetivas para corrigir as irregularidades, haja vista que os contratos continuam vigentes, com todos os vícios já citados”, afirmou a promotora.

É acrescentado que recentemente a Promotoria expediu a Recomendação nº 4/2018 à Gerir, a fim de que rescindisse o contrato com a empresa Grifort, celebrado para a prestação de serviços de lavanderia hospitalar e fornecimento de enxoval hospitalar. O contrato já perdura seis anos, sem a realização de processo seletivo para a contratação da empresa, em desrespeito ao regulamento de compras da organização social, com ausência de delineamento preciso acerca do objeto da contratação, especialmente quanto ao quantitativo de serviço a ser prestado e os preços unitários, bem como em razão de seu aspecto antieconômico, decorrente do valor acordado e das condições da contratação (prestação de serviços de lavanderia com utilização de insumos pagos pelo Hugo – água, energia elétrica e gás sem que tais despesas fossem abatidas do valor da contratação). Conforme esclarece a promotora, apesar de advertida das irregularidades, a Gerir não acatou, até a presente data, a recomendação.

É argumentado ainda que a Gerir, apesar de ter sido contratada em razão de sua suposta expertise na gestão hospitalar, mantém inúmeros e vultosos contratos com empresas terceirizadas para a prestação de serviços de gestão e consultoria, também com objetos vagos, indefinidos, cujos serviços foram pagos sem medição dos serviços. Verificou-se também a existência de contratos sobrepostos (com vigência concomitante) para a execução de um mesmo serviço, a exemplo do que ocorre com o serviço de gestão documental, o qual foi executado, em períodos coincidentes, por três empresas distintas.

Além disso, foi constatada a celebração de contratos com empresas diversas, para atividades afins ou não, do mesmo grupo econômico, sem a observância dos procedimentos previstos no regulamento de compras da entidade, em evidente direcionamento e envolvendo valores milionários. Por fim, foi apurado pela CGE que, no período entre 2016 e 2018, a Gerir efetuou o pagamento de R\$ 2.016.128,21 em dívidas trabalhistas das empresas terceirizadas, por meio de acordos judiciais, sendo que os valores decorrentes dos encargos trabalhistas já integram o preço pago pelo serviço prestado pelo terceirizado. “Desse modo, ao assumir tal dívida, o Estado de Goiás arca com despesas em duplicidade”, asseverou a promotora.

Atuação do MP

Fabiana Zamalloa destaca que já foram propostas pela 90ª Promotoria de Justiça ações civis por ato de improbidade administrativa em razão da má gestão da organização social (Projudi nº 5435971.18.2017.8.09.0051 e Projudi nº 5397119.85.2018.8.09.0051), contra a Gerir e seu presidente, Eduardo Reche de Souza, já tendo obtido, em uma delas, bloqueio de bens da entidade e de seu presidente no valor de R\$ 338.380,13. Na outra ação, embora ainda não apreciada a indisponibilidade de bens, o dano apurado já perfaz R\$ 128.073,70. Recentemente, o promotor de Justiça Fernando Krebs, titular da 57ª Promotoria de Justiça de Goiânia, também propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa (Projudi 5327769.10.2018.8.09.0051) por má gestão da Gerir e seu presidente, na qual requer um ressarcimento no valor de R\$ 1,6 milhão.

É observado, ao final do documento, que a CGE detectou que o cálculo da glosa (suspensão de valores) relativa aos servidores públicos, no período auditado, de janeiro a junho de 2016, foi feita em desacordo com o que estabelece o artigo 14-B da Lei 15.503, o que gerou um prejuízo ao erário, no período, equivalente a R\$ 11.314.253,00, o que também ensejou a recomendação à SES de apuração dos valores não glosados indevidamente. “Todos os fatos noticiados evidenciam a total fragilidade de controles da Secretaria Estadual de Saúde sobre a execução dos contratos de gestão”, asseverou Zamalloa. Fonte: MP-GO



Grandes barreiras para investimentos

GOVERNO DE GOIÁS Problemas como a forte dependência do transporte rodoviário, a escassez de água e a má qualidade da energia elétrica inibem o crescimento da economia

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, Goiás ainda tem muitos desafios a enfrentar até ostentar infraestrutura e logística que possam contribuir para o crescimento econômico. O Estado e o País são muito dependentes do transporte rodoviário, enquanto duas ferrovias estratégicas para reduzir problemas de escoamento da produção (Norte-Sul e Centro-Atlântica) estão paradas e o transporte hidroviário é incipiente. Falhas na oferta e a qualidade de energia e a disponibilidade de água também inibem investimentos.

Problemas cujas soluções dependem ou não do governo estadual também estão entre os desafios que serão enfrentados pelo próximo governador do Estado. O presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Célio Eustáquio, lembra que não há energia disponível de imediato em todos os pontos do Estado para as empresas interessadas em investir.

Segundo ele, como a privatização da companhia é recente, ainda é preciso esperar até que os investimentos da Enel surtam efeito. Outro problema é que a energia ofertada não é de qualidade, o que exige que as empresas invistam em geradores. A disponibilidade de água é outro gargalo, que deve ser amenizado com obras como a construção da adutora que ligará a Barragem do João Leite à Aparecida de Goiânia.

Mas a infraestrutura de transportes é uma das maiores preocupações. "Precisamos efetivar o uso de recursos férreos, como a Norte-Sul, que consumiu muito investimento e precisa operar rápido", alerta Célio Eustáquio. Mas ele adverte que a concessão da ferrovia não pode ser exclusiva. "É preciso que outras concessionárias da região possam usar a ferrovia, como num sistema de pedágio", explica. A interrupção da ferrovia Centro-Atlântica se tornou outro gargalo para o Estado.

O transporte hidroviário também carece de impulso. A hidrovia do Tocantina, por exemplo, precisa de desbocamento (retirada e explosão de rochas submersas) para permitir um lastro de água suficiente para que todas as embarcações possam navegar sem rasgar o casco. Outra demanda é pela construção de eclusas nas usinas, para que as embarcações possam subir as barragens. "Mas todas são obras ca-

ras e o Estado tem dificuldade para investir neste momento", destaca.

Os produtores rurais também têm dificuldade para escoar a produção pelas estradas vicinais do Estado. Carnos, leite, aves e suínos, que são transportados em veículos longos, têm o custo com transporte elevado por conta da precariedade das estradas. "Os produtores rurais também sofrem muito com as frequentes interrupções no fornecimento e acumulam muitas perdas, pois não têm o mesmo potencial industrial para aquisição de geradores", destaca Célio. Outro gargalo é a demora na operação da Plataforma Logística de Anápolis, que ainda está sem destinação. Para o presidente do Conselho Temático da Fieg, é preciso fazer a concessão para uma empresa com expertise.

O presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado (Acieg), Euclides Barbo, ressalta que não existe energia disponível para suportar um grande crescimento da economia. Segundo ele, enquanto as más condições das estradas prejudicam o transporte dos produtos até os portos, as ferrovias que passam pelo Estado estão paradas, depois de investimentos elevados. "Algumas coisas não se resolvem nem em nível federal nem estadual. Precisamos nos unir em busca de uma solução prática", adverte.

Ele também dá o exemplo da limitação do consumo de água do leito do Mela Ponte em 50%, prejudicando investimentos antigos, como a irrigação nas propriedades rurais, o que caracterizaria quebra de contrato. "A autorização para outorga do uso da água chega a demorar mais de cinco anos. As empresas acabam desistindo de investir por causa disso. Temos milhões em investimentos parados hoje", explica Euclides.

Para o vice-presidente da Associação Pró Desenvolvimento Industrial do Estado (Adial Goiás), André Rocha, a principal questão é que a logística ainda é muito baseada no transporte rodoviário, um modal ineficiente e caro, enquanto a Ferrovia Norte-Sul não é usada. Ele lembra que, hoje, Goiás só conta com o duto que liga Paulínia a Senador Canedo. "Ainda não temos duto para transportar etanol ou gás e ficamos reféns do modal rodoviário", destaca.

O Estado ainda vive a expectativa de ampliação da oferta de energia depois da privatização da Celg, depois de investimentos em redes de distribuição e subestações, para atender a demanda.

Os maiores gargalos

Estado ainda tem muito a avançar em infraestrutura e logística para dar mais competitividade às empresas goianas

- Falta de energia disponível para novos investimentos e baixa qualidade da energia já oferecida, com muitas interrupções, o que obriga as empresas a investirem em geradores
- Dificuldade para obtenção de outorgas para o uso da água, o que está inviabilizando novos investimentos
- Má infraestrutura portuária, como as ferrovias Norte-Sul e Centro-Atlântica, o que coloca o transporte apenas na malha terrestre
- Atraso na operacionalização da Plataforma Logística, que ainda está sem destinação
- Necessidade de mais investimentos para elevar a navegabilidade em hidrovias
- Condições ruins das estradas vicinais do Estado, o que prejudica o escoamento dos produtos agrícolas e eleva os custos com transporte
- Ausência de dutos para o transporte de etanol e gás, que ficam dependentes do transporte rodoviário

CONDIÇÃO DAS RODOVIAS



EXTENSÃO DAS FERROVIAS, HOJE PARADAS

Ferrovia Centro-Atlântica:

Extensão: 7 080 Km de trilhas Liga Goiás aos grandes portos, como de Vitória (ES), Santos (SP), Araruama (RJ), Salvador (BA) e o Porto Seco de Anápolis

Ferrovia Norte-Sul:

Extensão: 991 Km de trilhas só em Goiás Liga Anápolis ao Porto de Itaquí, no Maranhão, pelo trecho norte, e até Estrela d'Oeste (SP) no trecho Sul

“Precisamos efetivar o uso de recursos férreos, como a Norte-Sul, que consumiu muito”

Célio Eustáquio, presidente do Conselho Temático da Fieg

“Hoje, ainda não existe energia disponível para suportar um grande crescimento da economia”

Euclides Barbo, presidente da Acieg

“Ainda não temos duto para transportar etanol ou gás e ficamos reféns do modal rodoviário”

André Rocha, vice-presidente da Adial





Hugo segue ação emergencial

PLANO Hospital começa hoje a reduzir os atendimentos e vai admitir apenas pacientes cujos casos tenham o perfil da unidade. A ideia é diminuir a taxa de ocupação de 95% para 85%

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

A crise vivenciada pelo Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) segue sem previsão de quando chegará ao fim. A unidade, que é o principal hospital do Estado, começa hoje a seguir as diretrizes do plano de emergência apresentado ontem aos auditores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-GO), restringindo o atendimento apenas aos casos de emergência. Entre a última segunda-feira e ontem, o governo do Estado repassou um valor aproximado de R\$ 5 milhões para o hospital, mas isto garante o funcionamento e o reabastecimento de insumos e medicamentos por apenas 15 dias.

A partir de hoje, a direção do Hugo terá de enviar relatórios semanais para os auditores, comprovando o cumprimento do plano de emergência. A iniciativa foi uma exigência do termo de interdição entregue na segunda-feira, cujo objetivo é limitar o total de pacientes conforme a disponibilidade de insumos e medicamentos no hospital. Em reunião ontem na SRTE-GO, representantes do Hugo e da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) informaram que novos repasses serão feitos, mas não precisaram a data. Desde junho, o governo deixou de repassar ao hospital um total de R\$ 29,5 milhões.

O plano prevê ações em seis



Fábio Lima

Com pagamento em atraso, lavanderia afirmou que iria parar serviço, o que causaria a interdição da unidade

áreas: unidades de internação, serviço de urgência e emergência, unidade de terapia intensiva, cirurgias eletivas, ambulatório e unidade de diagnósticos (tomografia computadorizada). No setor de internações, que possui hoje uma taxa de ocupação de 95%, a ideia é otimizar os planos terapêuticos e agendar as altas para se atingir o máximo de 85% de ocupação. No ambulatório, que atende em média 120

pessoas por dia, o que gera internações para procedimentos eletivos e de urgência, será autorizada a internação somente para os casos graves e com aprovação da diretoria técnica. Casos que não se enquadram no perfil do hospital serão encaminhados ou redirecionados para outras unidades de saúde.

A situação deve permanecer assim nas próximas semanas, adentrando o mês de outubro.

Na reunião de ontem, foi dada a previsão de que apenas em novembro o Estado teria o dinheiro suficiente para quitar a dívida com a organização social que administra o Hugo (Instituto Gerir). Dos quase R\$ 5 milhões repassados até ontem, R\$ 2 milhões são para a aquisição de medicamentos, que começaram a chegar ontem à tarde, R\$ 2,3 milhões são para pagar a dívida com a empresa que realiza o ser-

viço de lavanderia e que estava ameaçando parar as atividades por causa da falta de pagamento e o restante para quitar salários de maqueiros e recepcionistas, cujo efetivo já tinha sido reduzido a 30% nos últimos dias.

SILÊNCIO

Ao final da reunião de ontem na SRTE-GO, representantes do hospital, do governo e da SES-GO saíram sem falar com a imprensa. A coordenadora das auditorias de Saúde do Ministério do Trabalho em Goiás, Jacqueline Carrilho, para quem o plano emergencial foi entregue e apresentado brevemente, disse que as auditorias vão continuar diariamente na unidade durante o período de cumprimento das ações previstas no plano. Pela manhã, ela esteve no Hugo para mais uma checagem, quando o secretário de Saúde, Leonardo Vilela, também passou pelo hospital. Ele salientou que a unidade funcionava em "absoluta normalidade", já ela afirmou ter presenciado novamente a situação crítica.

Reportagem publicada ontem pelo POPULAR mostrou a lista dos insumos em falta na unidade, equivalente a um total de 112 itens, entre agulhas e antibióticos. Os novos produtos adquiridos após o repasse do dinheiro só começaram a chegar ontem à tarde e as entregas devem continuar, aos poucos, até amanhã.

Audidores vão verificar falta de funcionários

A auditoria que resultou na adoção de um plano emergencial no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) focou na questão da segurança do trabalho, diante da falta de insumos e medicamentos necessários para o exercício profissional de médicos, farmacêuticos e enfermeiros. Os problemas enfrentados pelo hospital, no entanto, não para por aí. Os auditores do trabalho da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE-GO) já prepararam um procedimento separado para avaliar a falta de funcionários no Hugo, que tem atingido setores sensíveis como a Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A coordenadora das auditorias da saúde em Goiás, Jacqueline Carrilho, anunciou ontem que o procedimento será instaurado, pois ficou evidenciada a insuficiência de médicos nas UTIs do Hugo. Ela explica que, conforme o Ministério da Saúde (MS), deve-se ter, no mínimo, um médico responsável por cada 10 leitos de UTI. Em alguns casos no Hugo, chegou-se ao pon-



Douglas Schnatto

Coordenadora das auditorias da saúde em Goiás, Jacqueline Carrilho

to de profissional monitorar de 13 a 14 leitos. "A falta de funcionários também é uma questão que prejudica a segurança do trabalho", diz.

O plano emergencial apresentado ontem pela diretoria do hospital e representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) prevê ações para reverter este problema, em específico. A solução apresentada é convocar médicos estatutários, vinculados à secretaria, para tra-

balharem no Hugo e darem assistência durante os plantões do setor de UTI. O problema seria enfrentado, hoje, principalmente na UTI 3, onde existem 14 leitos e o responsável técnico está com dificuldade de realizar o fechamento das equipes médicas.

Em outras áreas, como enfermagem, o total de funcionários também é insuficiente. Uma seleção chegou a ser feita, mas, sem dinheiro, o hospital ainda não pôde efetivar a contratação.

MP recomenda que Estado reassuma gestão de hospitais

O Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO), por meio da promotora de Justiça Fabiana Zamalloa, recomendou ontem ao governo de Goiás que o Estado reassuma a gestão dos Hospitais de Urgências de Goiânia (Hugo) e Trindade (Hutrin). A recomendação de rescisão do contrato de gestão com a organização social Instituto Gerir, que faz a gestão das duas unidades, foi entregue ao secretário de Saúde, Leonardo Vilela, e estipula um prazo de 10 dias para que sejam encaminhadas informações referentes às eventuais providências adotadas, sob pena da tomada de medidas legais cabíveis. A Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) informou, em nota, que assim que receber a recomendação submeterá o assunto à Procuradoria Geral do Estado (PGE). A Gerir informou que não iria se pronunciar sobre o caso. Nas inspeções feitas pelo MP-GO, conta Zamalloa, várias irregularidades foram detectadas em razão do descumprimento de cláusulas do contrato, o que, para o MP, indica a má gestão dos recursos



O Estado não sabe o que pagou, não sabe se houve desvio e não tem como afirmar se o serviço foi prestado"

Fabiana Zamalloa, promotora de Justiça

públicos e irregularidades nos procedimentos de fiscalização e gestão por parte da SES-GO, com indicativo de dano ao erário. "A decisão sobre a OS vai muito além de atraso de repasse. Eu solicitei o encaminhamento de relatórios das inspeções realizadas pela CGE e constatamos vícios graves e falta de fiscalização do dinheiro aplicado", diz a promotora. No final de 2016, segundo ela, a Controladoria Geral do Estado (CGE) já havia recomendado a desqualificação da Gerir.



Caixa abre consignado com garantia do FGTS

Os trabalhadores do setor privado poderão contar com uma nova opção de crédito, o empréstimo consignado com uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia. De acordo com o Ministério do Trabalho, por enquanto, apenas a Caixa Econômica Federal oferece a linha de crédito, que poderá ser solicitada em qualquer agência do banco público.

Outras instituições financeiras também poderão disponibilizar a nova linha de crédito, desde que sigam as regras estabelecidas.

O crédito está disponível para 36,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Os juros não poderão ultrapassar 3,5% ao mês, percentual até 50% menor do que o de outras operações de crédito disponíveis no mercado, in-

O crédito está disponível para 36,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada

formou o ministério. O prazo de pagamento será de até 48 meses (quatro anos).

O uso do FGTS como garantia para o crédito consignado proporciona juros mais baixos para os tomadores, porque os recursos da conta do trabalhador no fundo cobrirão eventuais calotes, o que reduz o risco para os bancos e permite à Caixa oferecer empréstimos com taxas menores.

Segundo o ministério, os valores emprestados dependerão do quanto os trabalhadores têm depositado na conta vinculada do FGTS. Pelas regras, eles podem dar como garantia até 10% do saldo da conta e a totalidade da multa em caso de demis-

são sem justa causa, valores que podem ser retidos pelo banco no momento em que o trabalhador perder o vínculo com a empresa em que estava quando fez o empréstimo consignado.

Desde 2016, a Lei 13.313 previa o uso de parte do saldo do FGTS como garantia nas operações de crédito consignado. A modalidade, no entanto, não deslançou porque a falta de regulamentação não trazia segurança para os bancos. As instituições financeiras só eram informadas do saldo do Fundo de Garantia do trabalhador no caso de um eventual desligamento da empresa. A possibilidade de que o funcionário, durante a vigência

do crédito consignado, sacasse parte do FGTS para comprar um imóvel reduziria a quantia que poderia servir de garantia.

Mudança

Para dar maior garantia aos bancos, no mês passado foi feita uma nova regulamentação da modalidade de crédito e a Caixa criou um sistema que permite fazer a reserva de valores da conta do FGTS como garantia ao contrato consignado.

O valor reservado como garantia do empréstimo permanecerá na conta do FGTS do trabalhador, rendendo normalmente, até a quitação do empréstimo. A garantia será usada caso o empregado seja demitido sem justa causa e o banco não tenha mais como descontar as parcelas do crédito consignado do salário. **(Agência Brasil)**



Uma obra que nunca acaba

De acordo com a Polícia Federal os desvios comprovados por superfaturamento nas obras da Ferrovia Norte-Sul já chegam a R\$ 500 milhões

RAFAEL MELO

Considerado um dos principais projetos para o escoamento da produção agrícola no país, as obras da Ferrovia Norte-Sul seguem sem data prevista para conclusão final. Na última semana, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo a publicar o edital de concessão para o leilão do trecho de 1.537 km, que vai de Porto Nacional, no Tocantins, a Estrela d'Oeste, em São Paulo, e o governo decidiu deixar com a futura concessionária a conclusão do empreendimento. O projeto nacional está em construção desde o final da década de 1980 e, desde 2012, investigações vêm apontando suspeita de superfaturamento e desvio de recursos da obra. Mas escândalos travam a obra e Polícia Federal (PF) estima, até o momento, prejuízo de 500 milhões aos cofres públicos.

Na manhã de ontem (26), a PF deflagrou outra fase da operação de combate a crimes de pagamento de propina e desvios de recursos públicos nas obras da Ferrovia. Dessa vez, a ação batizada de "Trilho - 5x" investiga o destino dado

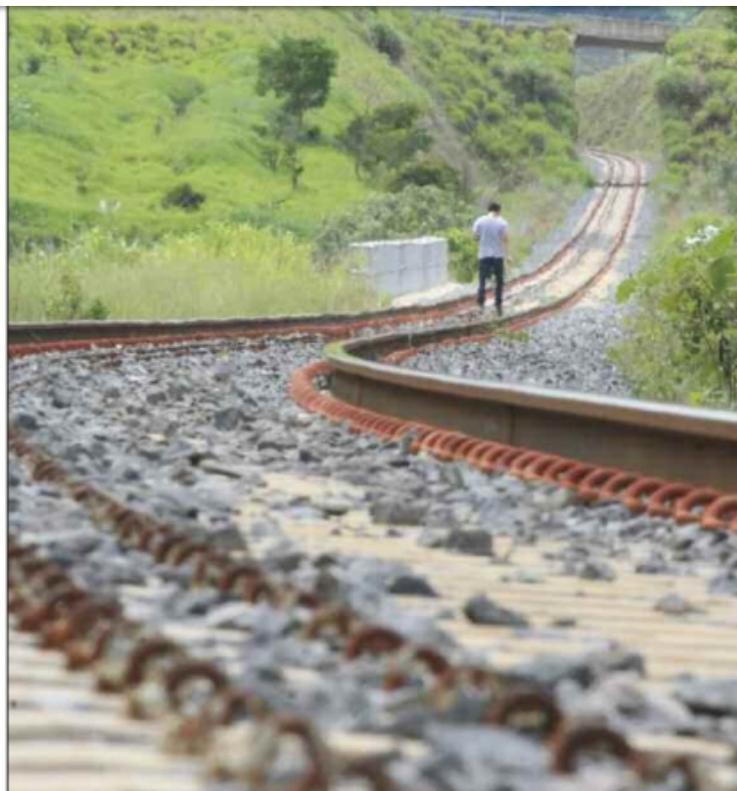
a aproximadamente R\$ 7,5 milhões, repassados por um escritório de advocacia e que não foram declarados à Receita Federal. Cerca de 150 policiais cumpriram 34 mandados judiciais, sendo 33 de busca e apreensão e um de sequestro de bens. As ordens foram executadas em Goiânia, Formosa, Mineiros e Brasília.

Apesar disso, o governo afirma que cerca de 90% da obra da ferrovia já tenha sido concluída pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Para o coordenador do MBA em infraestrutura de Transportes e Rodovias do Instituto de pós-graduação e graduação de Goiás (IPOG), Edésio Lopes, a conclusão definitiva da obra é um investimento que pode reduzir consideravelmente os atuais custos logísticos elevados. "A Ferrovia Norte-Sul é considerada o principal projeto ferroviário nacional e a sétima maior obra de infraestrutura de transporte que está sendo executada no mundo. Como boa parte do transporte do país é rodoviário, há um desequilíbrio na matriz de transporte que pode ser reajustado com a conclusão dessa obra", avalia o especialista. "Além disso, o Cen-

tro-Oeste é uma das regiões que mais produz grãos, principalmente soja, e com a finalização da rodovia todo o processo econômico tende a fluir, tanto no sentido logístico quanto da produção", complementa Edésio Lopes.

De acordo com o boletim do Conjuntura do Transporte - Investimentos em Transporte Terrestre, divulgado no último mês de julho pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), os investimentos privados em ferrovias foram 11,9% menores, em 2017 (R\$ 5,25 bilhões), na comparação com 2016 (R\$ 5,95 bilhões). Já os aportes nas ferrovias públicas administradas pela Valec caíram 46,7% entre um ano e outro.

Os principais investimentos no ano passado foram destinados à construção de trechos da Fiol, Ferrovia de Integração Oeste-Leste que liga Ilhéus (BA) a Figueirópolis (TO), de 50,8%, e da Ferrovia Norte-Sul, estimado em 35,2%. Ainda segundo a avaliação do CNT, a prorrogação antecipada das concessões ferroviárias seria a melhor saída para o governo estimular investimentos no setor. A título de exemplo, segundo



A ferrovia está em construção desde o final da década de 1980, as investigações começaram em 2012

o estudo, a cada R\$ 1 milhão aplicado no setor, o retorno para a economia seria de R\$ 3,1 milhões.

Investigações

Os desvios de recursos da construção da ferrovia começaram a ser investigados em julho de 2012 na operação "Trem pagador", que resultou na prisão de José Francisco das Neves, conhecido como Juquinha das Neves, ex-presidente da Valec Engenharia, empresa pública responsável pela construção

de ferrovias no Brasil. Adiante, em fevereiro de 2016, foi deflagrada a operação "O Recebedor", em Goiás, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, para recolher provas sobre o pagamento de propina, bem como prática de cartel, lavagem de dinheiro e superfaturamento.

Já a operação "Tabela Periódica" veio quatro meses depois, com mandados cumpridos em Goiás e mais oito unidades da federação.

Em maio de 2017, o filho de Juquinha das Neves, empresário Jader Ferreira das Neves e o advogado Leandro de Melo Ribeiro foram presos na operação "De Volta aos Trilhos". Por fim, a "Trilho - 5x", deflagrada ontem (26), é um desdobramento de todas as anteriores, realizada com base em acordos de delação premiada e de leniência, celebrados com o Ministério Público Federal (MPF) no âmbito da Operação Lava Jato.